

**PANORAMA DOS PRINCIPAIS TEMAS, ARTIGOS E PESQUISADORES DA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL REFERENTES AO ANO DE 2020**

**OVERVIEW OF THE MAIN THEMES, ARTICLES AND RESEARCHERS IN THE AREA OF REGIONAL DEVELOPMENT IN BRAZIL FOR THE YEAR 2020**

**PANORAMA DE LOS PRINCIPALES TEMAS, ARTÍCULOS E INVESTIGADORES DEL ÁREA DEL DESARROLLO REGIONAL EN BRASIL REFERENTES AL AÑO 2020**

Cintia Neves Godoi<sup>1</sup>  
Sandro Luiz Bazzanella<sup>2</sup>  
Jairo Marchesan<sup>3</sup>  
Alexandre Assis Tomporoski<sup>4</sup>

**RESUMO**

A subárea do Desenvolvimento Regional está vinculada a área do Planejamento Urbano e Regional e Demografia no âmbito da CAPES. Esta área compreende 49 programas de Pós-Graduação, dos quais 25 estão ligados à área de Planejamento Urbano e Regional, 20 alinham-se ao tema do Desenvolvimento Regional e 04 vinculados à Demografia. Este artigo objetiva analisar os artigos publicados pelos pesquisadores Bolsistas Produtividade CNPq dos programas em Desenvolvimento Regional. Foram analisados os artigos publicados em periódicos dos estratos qualis A1, A2 e B1, classificados temas e principais questões abordadas. Dentre os 90 Bolsistas Produtividade CNPQ da área PLURD, 12 atuam no Desenvolvimento Regional. O grupo publicou 09 artigos em periódicos com classificação A1 e A2 e 25 artigos em periódicos com classificação B1. A análise fomentou a identificação dos principais pesquisadores, temas e questões abordadas, permitindo o aprofundamento da compreensão sobre o perfil desta área de concentração.

**Palavras-chave:** Bolsistas Produtividade CNPQ. Desenvolvimento Regional. Planejamento Urbano Regional e Demografia.

<sup>1</sup>Doutora em Geografia. Professora no Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. Professora do Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), Goiânia. Goiás. Brasil. E-mail: [cintia.godoi@unialfa.com.br](mailto:cintia.godoi@unialfa.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5844-4497>.

<sup>2</sup>Doutor em Ciências Humanas. Professor no Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: [sandro@unc.br](mailto:sandro@unc.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9430-8684>.

<sup>3</sup>Doutor em Geografia. Professor no Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: [jairo@unc.br](mailto:jairo@unc.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9346-0185>.

<sup>4</sup>Doutor em História. Professor no Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: [alexandre@unc.br](mailto:alexandre@unc.br). <https://orcid.org/0000-0002-3042-7844>.

## ABSTRACT

The Regional Development sub-area it's linked to the area of Urban and Regional Planning and Demography under CAPES. This area comprises 49 Graduate programs, of which 25 are linked to the area of Urban and Regional Planning, 20 are in line with the theme of Regional Development and 04 are linked to Demography. This article aims to analyze the articles published by CNPq Productivity Scholarship researchers from programs in Regional Development. Articles published in journals from the qualis strata A1, A2 and B1 were analyzed, classified themes and main issues addressed. Among the 90 CNPQ Productivity Scholars in the PLURD area, 12 work in Regional Development. The group published 09 articles in journals rated A1 and A2 and 25 articles in journals rated B1. The analysis fostered the identification of the main researchers, themes and issues addressed, allowing for a deeper understanding of the profile of this area of concentration.

**Keywords:** CNPQ Productivity Scholarships. Regional development. Regional Urban Planning and Demography.

## RESUMEN

La sub-área de Desarrollo Regional está vinculada al área de Planificación Urbana y Regional y Demografía bajo CAPES. Esta área comprende 49 programas de Posgrado, de los cuales 25 están vinculados al área de Planificación Urbana y Regional, 20 están en línea con la temática de Desarrollo Regional y 04 están vinculados a la Demografía. Este artículo tiene como objetivo analizar los artículos publicados por investigadores de Becas de Productividad CNPq de programas de Desarrollo Regional. Se analizaron artículos publicados en revistas de los estratos qualis A1, A2 y B1, se clasificaron los temas y se abordaron los principales problemas. De los 90 Becarios de Productividad del CNPQ en el área PLURD, 12 trabajan en Desarrollo Regional. El grupo publicó 09 artículos en revistas calificadas como A1 y A2 y 25 artículos en revistas calificadas como B1. El análisis propició la identificación de los principales investigadores, temáticas y temáticas abordadas, permitiendo una comprensión más profunda del perfil de esta área de concentración.

**Palavras chave:** Becários Productividad CNPQ; Desarrollo regional; Planificación Urbana y Demografía Regional.

**Como citar este artigo:** GODOI, Cintia Neves *et al.* Panorama dos principais temas, artigos e pesquisadores da área do desenvolvimento regional no Brasil referentes ao ano de 2020. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 11, p. 231-249, 29 nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v11.3908>

**Artigo recebido em:** 30/08/2021

**Artigo aprovado em:** 18/11/2021

**Artigo publicado em:** 29/11/2021

## 1 INTRODUÇÃO

A área de “Planejamento Urbano e Regional e Demografia” (PLURD) faz parte da área de Ciências Sociais e do Colégio de Humanidades da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. A referida Área é composta por duas subáreas Planejamento Regional e Urbano e Demografia (CAPES, 2019)

A pós-graduação na área de Planejamento Urbano e Regional data do início dos anos 1960, especialmente ligada aos cursos de arquitetura e urbanismo e na década de 1970 houve credenciamento dos primeiros programas de Desenvolvimento Regional vinculados a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) já na década de 1980.

A área PLURD é compreendida, em 2021, por 49 (Quarenta e nove) Programas. Destes, 16 (dezesseis) estão localizados no Sul do Brasil, 12 (doze) no Sudeste, 12 (doze) no Nordeste, 3 (três) na região Norte e 6 (seis) na região Centro-Oeste do país. De acordo com Aquino *et al* (2018) houve uma expansão de 6 (seis) para 49 (quarenta e nove) Programas no período de 1998 a 2016, com 45 (quarenta e cinco) Programas da área de Planejamento Urbano e Regional (e Desenvolvimento Regional), e 4 (quatro) da Demografia.

Em 1994 foi criado o primeiro curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e a partir de então foram sendo criados novos cursos em todo o país. Primeiramente o curso ficou situado na Capes na Área do Conhecimento Interdisciplinar e posteriormente foi alocado na área do conhecimento PLURD. E, a partir da criação do programa e localização na área PLURD outros Programas foram criados no Brasil. Atualmente, dos 43 (quarenta e três) programas vinculados ao Planejamento Urbano e Regional e Desenvolvimento Regional, 20 (vinte) estão vinculados ao tema do Desenvolvimento Regional.

Em análise bibliométrica sobre o tema do Desenvolvimento Regional, Aquino *et al* (2018) apontaram a existência de 10.868 (dez mil, oitocentos e sessenta e oito) publicações com abrangência mundial sobre o tema na *Scopus*, *Wo* e *Scielo*, e 312 (trezentos e doze) publicações no Brasil. O estudo expôs crescimento nos artigos relacionados ao tema do Desenvolvimento Regional especialmente a partir de 2005. O referido artigo relaciona o crescimento da temática no Brasil ao papel das políticas públicas produtivas, sociais e infraestruturais em voga no Brasil da década de 2000.

Para compreender as políticas públicas conectadas ao tema do Desenvolvimento Regional, em voga a partir da década de 2000, é preciso compreender alguns fatores. Ao final da década de 1990, Tânia Bacelar Araújo estudiosa das questões do desenvolvimento no Brasil publicou um trabalho denominado “Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional”. Neste texto, a autora chamou a atenção para o fato de que os esforços de integração das áreas produtivas brasileiras ocorriam de maneira ordenada por um pensamento que tornava espaços passivos nos processos de globalização e sugeriu uma política de âmbito nacional para contrabalançar o que chamou de “desintegração competitiva”. Influenciada por Touraine (1997), a autora expôs a importância do controle social da economia pelo Estado, através da subordinação das dinâmicas econômicas regionais para consolidação de integração nacional.

Araújo (1999) também argumentou que países como Alemanha, França, Itália e Japão apresentam políticas de tratamento para áreas menos dinâmicas com uso de instrumentos financeiros específicos, como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. A autora também apresentou dados de Maia Gomes (1993) que expôs investimentos para diminuição de disparidades regionais de áreas nos Estados Unidos, mesmo em um cenário em que as áreas mais ricas representam renda per capita 17% maior do que as áreas mais pobres e argumentou que no Brasil, na década de 1990 a região Sudeste apresentava renda per capita 50% mais alta do que a média das outras regiões do país.

Moura e Knox (2019) argumentam que havia uma discussão sobre a necessidade de se pensar uma política nacional de desenvolvimento regional para o Brasil, desenhada através de sugestões da pesquisadora e professora Tania Bacelar Araujo, conforme se apresentou acima, cujas reflexões eram fundamentadas em ideias de José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, Sérgio Schneider, Nelson Delgado dentre outros<sup>5</sup>. Moura e Knox apontam que em comum havia o esforço de ressaltar a importância da dinâmica territorial no campo das políticas públicas, avançando para a organização das redes, de convenções e de instituições que permitissem ações cooperativas na perspectiva de contribuir para o fortalecimento das relações de equidades socioeconômicas regionais.

Com diálogos sobre a importância do conhecimento da dinâmica espacial, e mesmo com embates e diferenças conceituais entre redes, eixos, região, território e outros, organizaram-se diversas ações, normatizações, políticas, estruturas institucionais, abertura de cursos, dentre outros que envolveram e potencializaram o debate sobre o tema do Desenvolvimento, e mais especificamente do Desenvolvimento Regional.

É diante deste cenário histórico, social e político do desenvolvimento desta subárea do conhecimento que se torna importante conhecer temas e objetos de pesquisa dos pesquisadores que se ocupam do tema do Desenvolvimento, e especialmente do Desenvolvimento Regional.

Assim, observar e analisar preocupações de um grupo de pensadores e pesquisadores vinculados ao tema do Desenvolvimento Regional pode apoiar a percepção de limites e potencialidades do desenvolvimento local, regional e nacional, bem como permitirá constatar a dinâmica do debate sobre o desenvolvimento desenvolvido no âmbito da academia brasileira, bem como poderá possibilitar o surgimento de novos estudos, temas de pesquisa, pois, evidentemente, um país desigual e heterogêneo como o Brasil carece de esforços para que suas diferentes regiões alcancem melhor qualidade de vida a sua população.

Para tanto, este artigo se dividiu em três partes. A primeira parte versa sobre esforços e debates por trás da instrumentalização de órgãos, instituições e políticas relacionadas ao tema do Desenvolvimento Regional. A segunda parte expõe a metodologia utilizada para definição do universo da pesquisa, coleta de dados, e de que forma foram os mesmos tratados. E, na terceira parte são apresentados os dados coletados relacionados às publicações de artigos dos professores pesquisadores bolsistas CNPq vinculados aos Programas de Pós-graduação em

---

<sup>5</sup> José Eli da Veiga é professor titular do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA / USP). Desenvolve pesquisas nas áreas de Economia, Desenvolvimento Sustentável, dentre outros, conforme Currículo Lattes. Ricardo Abramovay foi Professor do Departamento de Economia da FEA/USP, durante trinta anos. Tem como linha de pesquisa revolução digital e desenvolvimento sustentável. Sérgio Shneider é Professor Titular do Departamento de Sociologia e membro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e atua nas áreas de Sociologia, Sociologia Rural e Sociologia do Desenvolvimento.

Desenvolvimento Regional e suas principais temáticas. Por fim, são abordados elementos que caracterizam essas publicações, e expor a distribuição dos temas presentes dos artigos da área, dos especialistas da área; e da vinculação dos temas das dificuldades oriundas da análise do Desenvolvimento, sem necessariamente se concentrar nas disparidades socioeconômicas regionais existentes no Brasil.

## **2 ESFORÇOS DE SUPORTE AO DEBATE E PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL**

A ideia ou conceito de desenvolvimento é polissêmico, polimorfo e bastante utilizado, discutido tanto em âmbito acadêmico quanto em outros ambientes da sociedade. De discurso político, avança para teorizações, críticas, instrumentalizações em políticas e em diferentes escalas, saindo da discussão do desenvolvimento para adjetivações diversas como sustentável, regional, humano, social, econômico, dentre outras. Para acompanhar esse debate ver (Ferreira e Raposo, 2017; Amaro, 2014; Santos, 1979; Piquet e Ribeiro, 2008 dentre outros).

Furtado (1983)<sup>6</sup> chamou a atenção para o fato da ideia de desenvolvimento econômico algo a ser perseguido com o problema de desviar a atenção da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e de possibilidades de avanços da ciência, para concentração em objetivos abstratos como investimentos, exportações e crescimento.

Por seu turno o economista e filósofo indiano Amartya Sen (2000) apontou que pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática, negligência de serviços públicos, intolerância e interferência de Estados repressivos se apresentam como entraves a ideia de desenvolvimento.

Corroborando com a linha de argumentação com os autores acima situados, mas salvaguardadas suas diferenças teóricas, conceituais e analíticas Ignacy Sachs (2004) também conectou a ideia de desenvolvimento com expansão de liberdades e direcionou uma discussão para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, parece haver convergência para o fato de que as desigualdades sociais e a pobreza se apresentam como problemas fundamentais para o desenvolvimento, e há argumentações que apontam para o fato destes problemas serem gerados ou mantidos pelo desenvolvimento. E, esforços teóricos e institucionais são direcionados para lidar com esses limites humanos e sociais.

Para apoiar acompanhamento de ações ou do movimento do Estado brasileiro em seus esforços para apoiar o Desenvolvimento Regional, considerando diferentes períodos históricos e institucionais, Godoi (2017) reuniu alguns marcos, abaixo descritos:

1959 – Criação das Superintendências do Desenvolvimento (do Nordeste, da Amazônia,

---

<sup>6</sup> Celso Furtado é um pensador brasileiro dedicado ao entendimento do processo do desenvolvimento, e especialmente o subdesenvolvimento brasileiro.

e do Centro-Oeste,

1988 – Lançamento da Constituição Federal que trouxe em seu texto compromisso de erradicação de desigualdades regionais,

1995 – Criação da Secretaria Especial de Políticas Regionais (SERPRE) pertencente ao Ministério do Planejamento e Orçamento,

1999 – Criação do Ministério de Integração Nacional, com objetivo de formular e conduzir a Política de Desenvolvimento Nacional integrada e formular planos e programas regionais de Desenvolvimento,

2003 – Lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional,

2004 – Lançamento do Plano Plurianual do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional,

2007 – Recriação das Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste,

2012 – Lançamento do Plano Plurianual do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional

E, atualmente pode-se acrescentar:

2019 – Lançamento do Ministério do Desenvolvimento Regional.

2019 - Política Nacional do Desenvolvimento Regional lançada pelo Decreto nº 9.810, de 2019 que apresenta como finalidade reduzir desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Identificar os objetivos de cada estruturação dos marcos históricos acima elencados poderá permitir perceber a reincidência dos objetivos de redução das desigualdades sociais e espaciais e diminuição da pobreza nos textos ligados a esses esforços. Em matéria sobre a criação da Sudene, Francisco de Oliveira,<sup>7</sup> à época Superintendente Adjunto, alegou:

Pela primeira vez, fazia-se um planejamento regional com uma instituição dedicada a essa tarefa. E, na verdade, observada de um ponto de vista mais político, a Sudene era uma espécie de reformulação da federação. Reconhecia-se que os pequenos estados, mais pobres, não tinham capacidade para recuperar o desenvolvimento sozinhos e, então, uma superintendência regional propunha agora um planejamento regional ao invés de uma coisa deixada ao livre jogo do mercado (OLIVEIRA, s.d, p. 1).

No caso da Constituição de 1988 o argumento de que o desenvolvimento regional está atrelado à diminuição das desigualdades sociais e da pobreza também se fortalece, pois no Art.

---

<sup>7</sup> Francisco de Oliveira é Sociólogo e foi professor da Universidade de São Paulo, nascido na década de 1930, atuou com Celso Furtado no projeto da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, dentre outras atuações acadêmicas, técnicas e políticas.

3 que constitui os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil o parágrafo terceiro une os termos erradicação, pobreza, marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

A criação do Ministério de Integração Nacional se deu através da Medida Provisória nº 1.911-8 e posteriormente foi convertida pela lei nº 10.683/2003 e tinha suas funções atreladas à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). De acordo com Resende *et al* (2015), inicialmente a PNDR teve dois objetivos principais: reduzir as desigualdades regionais e ativar potencialidades de desenvolvimento de regiões brasileiras.

O Ministério da Integração Nacional (MI), conforme disposto na Medida Provisória n.º 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, tinha a sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 8.161 de 18, de dezembro de 2013, que estabelecia as seguintes competências para a instituição: Formulação e condução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR; Formulação dos planos e programas regionais de desenvolvimento; Estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais; Estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento de que trata a alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal; Estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; Estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais; Acompanhamento e avaliação dos programas integrados de desenvolvimento nacional; Defesa civil; Obras contra as secas e de infraestrutura hídrica; Formulação e condução da política nacional de irrigação; Ordenação territorial; e Obras públicas em faixas de fronteiras (BRASIL, 2019).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional trouxe consigo parte de um debate que já existia na academia com pesquisadores e professores como: Buarque, S. et al (1995) Campolina Diniz, C. (1994), Guimarães Neto, L. (1995) Maia Gomes, G. (1993), Oman, C. (1994) Pacheco, C.A. (1996) que se preocupavam com uma possível inserção passiva do Brasil em mercados globais através da fragmentação espacial da competitividade brasileira, conforme Araújo (1999).

As origens teóricas e metodológicas da PNDR datam dos anos 1990. Em 1999, a economista Tânia Bacelar de Araújo discorreu sobre a necessidade, a possibilidade e a pertinência de formular e implementar uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil. No documento, a autora denunciava o desaparecimento do tema da pauta de discussão nacional em decorrência da hegemonia neoliberal. Em 2003, ela aceitou o convite do recém-eleito presidente Luís Inácio Lula da Silva para chefiar a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (MI) e, efetivamente, liderou a equipe de trabalho que formulou a proposta da PNDR (COELHO, 2017, p. 65).

O debate e preocupações sobre disparidades regionais (socioeconômicas especialmente) também se fazia presente em órgãos do poder público como Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), conforme representantes se expressam a seguir:

O desenvolvimento regional brasileiro sempre foi tema de preocupação e de relevância entre os principais estudos do Ipea ao longo de suas cinco décadas de existência. A dimensão regional da reflexão da nossa instituição para a atuação do Estado brasileiro esteve presente desde documentos e estratégias dos planos nacionais de desenvolvimento (PNDs) I e II nos anos 1970. Esteve presente também em documentos federais de políticas regionais na década de 1980. Nos anos 1990, a estratégia de eixos nacionais de integração e desenvolvimento do governo federal embebeu-se de estudos aqui realizados para sua confecção. Em seguida, na década de 2000, o Ipea continuou a produzir e fornecer substanciais reflexões ao desenho da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) I (LOZARDO, 2017, p. 9).

Aprovada inicialmente em 2003 e, atualizada em 2019, este instrumento também está atrelado à proposta de redução das desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população. No entanto, cabe destacar as alterações entre as políticas e suas atualizações que obviamente expõe diferenças no entendimento e atuação frente ao debate e intervenção para o desenvolvimento regional.

Após as atualizações, com o decreto 10.290 de 24 de março de 2020, o governo federal criou o Ministério do Desenvolvimento Regional, este também ligado à PNDR, com algumas modificações. Os novos objetivos da PNDR se apresentam como: I - Promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos; II - Consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do País, considerando as especificidades de cada região; III - Estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração; IV - Fomentar agregação de valor e diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observando critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais.

Em nosso grifo apontamos a parte que a atual PNDR também se apresenta vinculada aos esforços de atender regiões com índices de pobreza ou, como mencionado, baixos indicadores socioeconômicos, além de avançar para questões como emigração, cadeias produtivas, agregação de valor, dentre outras com foco mais produtivo e econômico.

Assim, de maneira geral, se pode perceber que, ao menos até a atualização da PNDR em 2020, o foco das questões e instituições ligadas ao Desenvolvimento Regional no Brasil esteve vinculado ao menos em termos documentais e normativos às disparidades regionais, com atenção especial às desigualdades socioeconômicas e pobreza.

Cabe destacar também a atuação de pesquisadores de um primeiro grupo como Celso Furtado, Raul Prebisch, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso<sup>8</sup> e representantes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e em um segundo grupo representantes das instituições de ensino e pesquisas brasileiras como Araújo

---

<sup>8</sup> Raul Prebisch liderou pesquisas e projetos para entendimento dos processos de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento em diferentes atuações, dentre elas na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Maria da Conceição Tavares, economista, professora, pesquisadora, deputada federal também com atuação na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, presidente do Brasil e também atuou na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.



(1999) que estimularam o debate sobre a importância das questões regionais, especialmente desigualdades regionais que, através do primeiro grupo incentivaram a criação de estruturas como as Superintendências de Desenvolvimento, e posteriormente Secretarias especiais, Ministérios e, o segundo grupo responsável por fomentar debate e estímulos para a formulação de políticas nacionais, primeiramente de integração e posteriormente de Desenvolvimento Regional.

Em estudo sobre o ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil, Piquet e Ribeiro (2008) fazem uma periodização que apresenta quatro fases históricas distintas no Brasil que reúne o que as autoras chamam de ideias mestras imperantes no período segundo vinculações teórico e ideológicas.

Na primeira fase entre os anos de 1950 e 1960 o período histórico ficou definido pelos primeiros cursos sobre planejamento na América Latina. O período ditatorial ficou definido como o segundo, e as características reunidas com relação à questão do ensino foram a institucionalização do ensino de planejamento urbano e regional com implantação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Na terceira fase, as autoras indicam como ideias mestras a crença no jogo de forças de mercado, e indicam rejeição ao planejamento, com resultados na diminuição do debate sobre planejamento e deslocamento dos currículos para o campo de estudos urbanos e regionais, e alegam que há nesse momento, perda da centralidade da questão regional e proeminência do debate das questões urbano-locais. No quarto período as autoras apontam a retomada das políticas econômicas de longo prazo, e a questão regional passa a ser revisitada.

Assim é possível perceber um envolvimento das preocupações de grupos ligados aos temas do Desenvolvimento com as disparidades regionais (com olhar específico sobre desigualdades socioeconômicas) em períodos diferentes, tanto no período após a 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> Guerras mundiais, quanto nos períodos anteriores aos regimes ditatoriais em diversos países latino-americanos, e a transformação destes temas, para o ensino ou pesquisa de acordo com processos políticos, socioeconômicos em voga.

O atual contexto histórico apresenta continuidade de esforços institucionais relacionados ao tema do Desenvolvimento Regional, exemplificado na instituição de um Ministério do Desenvolvimento Regional e na atualização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. No entanto, cabe buscar entender as ideias mestras presentes nos pensadores, pesquisadores, professores vinculados a estes projetos. Neste artigo, especialmente os esforços foram concentrados no grupo de pesquisadores vinculados aos programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional no Brasil até o presente momento.

Para perceber as preocupações dos pesquisadores e pensadores na atualidade foram investigados dados em bases de pesquisas de periódicos e, posteriormente, realizado um estudo sobre a produção intelectual dos pesquisadores vinculados à área de Desenvolvimento Regional na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para verificar em que medida as pesquisas e temas atuais estão articuladas ou não aos temas que envolvem preocupação com disparidades regionais, especialmente no que diz respeito à desigualdade socioeconômica e a pobreza.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo fez uma análise dos temas relacionados às das palavras-chave apoiada em três procedimentos que baseadas em Vergara (2006) envolveram pré-análise, exploração de material e tratamento dos dados para interpretação.

Na fase de pré-análise foram levantados e analisados os principais esforços nacionais vinculados à ideia de Desenvolvimento Regional em normatizações e instituições e, feita uma breve avaliação dos conceitos e temas vinculados a estas normas e estruturas. Após essa análise do cenário em que a ideia de Desenvolvimento Regional se apresenta em formas e conteúdos tanto em documentos quanto em instituições, foi feito um levantamento da produção do conhecimento na atualidade (selecionando o ano de 2020) vinculada ao Desenvolvimento Regional em plataformas de pesquisa acadêmica.

Posteriormente foi realizada uma relação dos bolsistas de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de Planejamento Regional, Urbano e Demografia com bolsas ativas 2020. Como critério de inclusão, o pesquisador deveria ter sido contemplado com essa bolsa e a mesma deveria estar em vigência.

A partir de dados disponibilizados no CNPq sobre bolsistas produtividade, e posteriormente levantamento de dados a partir dos currículos lattes disponibilizados publicamente na plataforma Lattes (CNPq) foi construído um banco de dados com informações sobre os pesquisadores com nome, gênero, instituição, produção científica de artigos publicados em 2020.

Após levantamento dos dados nos currículos *Lattes* foram acessadas as revistas em que houve publicação A1, A2 e B1. E, levantados dados sobre artigos, especialmente palavras-chave para apoiar a análise dos temas analisados por este grupo de pesquisadores e professores da área PLURD.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES criou, organiza e acompanha uma classificação dos periódicos científicos e os hierarquiza em 3 grandes classificações A, B e C. Com A1 recebendo a classificação mais elevada e C menos elevada. A classificação utilizada para este estudo foi a do quadriênio de 2013-2016<sup>9</sup>.

Desta maneira, o universo se caracteriza por seu um grupo de especialista da área, e a análise de conteúdo se deu em materiais recentes e publicados em periódicos com avaliações nos maiores estratos nacionais. Por fim se elaborou uma análise dessa produção e foram realizadas inferências sobre os principais temas abordados por esse grupo específico.

Para analisar os principais temas trazidos por estes especialistas foram reunidas todas as palavras-chaves utilizadas nos artigos, publicados em 2020, em periódicos A1, A2 e B1. Após este levantamento, os temas foram divididos em função de suas relações em 4 grandes

---

<sup>9</sup> A plataforma Sucupira disponibiliza a listagem dos periódicos avaliados e suas referidas notas. Para conferência é possível acessar o endereço a seguir: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

itens: problemas globais, problemas ligados à ideia de não Desenvolvimento (desigualdades sociais e pobreza), Desenvolvimento Regional e Planejamento com articulação para instrumentalização de técnicas e políticas, questões relacionadas a processos produtivos e transformações espaciais.

Assim, os principais resultados são apresentados a seguir. Partem do universo geral dos dados e temáticas relacionadas às buscas com a expressão Desenvolvimento Regional e afunilamento da análise da produção intelectual dos pesquisadores bolsistas CNPq e principais artigos publicados em 2020.

#### 4 A ÁREA DE PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRA E SEUS TEMAS DE PESQUISA EM 2020

No que diz respeito à produção vinculada a área do Desenvolvimento Regional no Brasil está alocada dentro da área Planejamento Urbano e Regional e Demografia da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Dos 49 (quarenta e nove) cursos relacionados ao tema do Desenvolvimento Regional há 90 (noventa) discentes que recebem bolsas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ligados aos programas atrelados ao tema do Desenvolvimento Regional, somam-se 12 (doze) docentes. Dos 20 (vinte) Programas relacionados ao Desenvolvimento Regional, 7 (sete) possuem professores que recebem bolsas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Os bolsistas CNPq levantados são 12 (doze) professores, pesquisadores, destes 9 (nove) são do gênero masculino, e 2 (dois) do gênero feminino e são oriundos de 5 (cinco) estados brasileiros: Pará, Tocantins, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, destacando-se, portanto, regiões sul e norte do Brasil. Estes dados demonstram um desequilíbrio de gênero na distribuição de bolsas para valorizar produtividade no interior da área, bem como revelam a ascendência de pesquisadores das regiões sul e norte do Brasil.

Tabela 1 – Produção intelectual dos pesquisadores bolsistas CNPq ligados aos programas de Desenvolvimento Regional

	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C
1	0	0	1	0	0	3	0	1
2	0	1	2	0	0	1	1	0
3	0	1	1	0	2	0	0	0
4	0	0	5	1	2	1	1	0
5	0	1	1	3	1	1	0	0
6	0	1	1	0	0	0	1	0
7	0	1	1	0	0	0	0	0
8	0	2	3	2	0	2	1	0
9	0	0	1	1	2	0	0	0
10	0	1	3	3	0	0	2	0
11	0	0	1	2	0	0	1	0
12	1	0	5	1	1	2	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>25</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>1</b>

Fonte: Plataforma Lattes, 2020, com adaptação dos autores, 2021.

Dos 12 (doze) professores bolsistas CNPq, 8 publicaram artigos em periódicos com classificação A1, A2 e B1.

No ano de 2020 foram produzidos 87 (oitenta e sete) artigos pelos docentes bolsistas CNPq ligados ao tema do Desenvolvimento Regional, destes 9 (nove) artigos publicados em periódicos com Qualis A e 25 (vinte e cinco) publicados em periódicos qualificados com Qualis B1. Conforme apontado anteriormente, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES criou, organiza e acompanha uma classificação dos periódicos científicos e os hierarquiza em 3 grandes classificações A, B e C.

Diante do exposto é possível dividir em quatro categorias principais as preocupações e temas da produção intelectual publicada em periódicos Qualis A, sendo elas: problemas globais ou amplos, problemas das disparidades ou desigualdades, problemas relacionados a políticas e instituições e questões relacionadas aos processos produtivos e transformações espaciais.

O item Problemas Globais ou Amplos reuniu palavras-chave que não tratavam de temas específicos, por óbvio, e que estão ligadas à temas que podem ser debatidos de maneira ampla e não diretamente relacionadas às questões do Desenvolvimento, ou mais especificamente dos problemas da Desigualdade ou Disparidades Regionais e seus vínculos com o debate sobre Desenvolvimento e Desenvolvimento Regional.

Os problemas das disparidades ou desigualdades foram reunidos através das palavras-chave que apontaram preocupação com temas dos desequilíbrios de renda, de acesso às melhorias em termos de qualidade de vida, bem-estar, dentre outros termos que podem suscitar debate ou atenção ao tema da pobreza, miséria, desigualdade de oportunidades e acesso a direitos humanos, por exemplo.

O item Políticas e Instituições reuniu palavras-chave que remetem a estudos direcionados para entendimento de políticas, instrumentos de gestão pública, formas de gestão, organizações institucionais dentre outros.

E, por fim as questões relacionadas aos Processos Produtivos e Transformações espaciais reuniu as palavras-chave apresentadas em estudos focados em tipos de processos produtivos, setores produtivos, formas de organização de agentes privados, instrumentos utilizados por agentes privados como forma de valorização da produção, localidades e formas de transformações sociais e espaciais.

Com relação às publicações do grupo em 2020, foram identificadas 27 (vinte e sete) palavras-chave utilizadas nos artigos publicados periódicos A1 que podem ser observadas a seguir:

Quadro 1 – Palavras-chave apresentadas em artigos publicados em periódicos considerados A1 na área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia da CAPES

PALAVRAS CHAVE EXTRAÍDAS DE ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS A1 E A2			
Problemas Globais ou Amplos	Problemas das Disparidades e desigualdades	Problemas relacionados às políticas ou Instituições	Questões relacionadas aos processos produtivos e transformações espaciais
Cidades	Desenvolvimento territorial	Atención integral	Cidades médias
Climate Change	Desigualdades socioeconômicas	Governança territorial	Dinâmica Urbana e Regional
Complexity		Institutional Arrangements Socioproductive	Fish farming
Contextos socioeconômicos ambientais		Neoinstitucionalismo	Municípios de porte médio
Crescimento Demográfico		Patrimônio territorial	Rede Urbana regional
Cybernetic		Política Pública	Território
Dispersão territorial da COVID -19		Primeira infância	
Morfologia urbana		Territórios de Cidadania	
Urbanização		Viable System Model	

Fonte: Plataforma Lattes, com adaptações dos autores, (2021).

Chama a atenção a quantidade e diversidade dos temas elencados. É mister constar que a maior parte dos problemas analisados pelos pesquisadores de um grupo da área de Desenvolvimento Regional está preocupado, como aponta o recorte obtido através das palavras-chave, com problemas planetários em maior número a deficiências ou questões limitadoras do desenvolvimento. Ou ainda se pode constatar a ausência de uma ideia de espaço desenvolvido como um espaço que fomenta qualidade de vida com saúde, educação, trabalho e renda. Este estado da arte nos remete à crítica produzida por Souza (2018) que aponta grupos brasileiros que possuem uma agenda escandinava em um país que possui uma profunda desigualdade social.

No entanto, também se percebe o esforço de instrumentalização dos problemas e questões espaciais. Os problemas fundamentais do desenvolvimento ou do não desenvolvimento não são a maior parte das preocupações, mas se fazem presentes em estudos que abordaram a necessidade de atenção à primeira infância e a territórios de cidadania, por exemplo. As palavras-chave de artigos B1 podem ser visualizadas abaixo.

Quadro 2 – Palavras-chave apresentadas em artigos publicados em periódicos considerados B1 na área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia da CAPES.

PALAVRAS CHAVE EXTRAÍDAS DE ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS B1			
Problemas Globais ou Amplos	Problemas das Disparidades e desigualdades	Problemas relacionados às políticas ou Instituições	Questões relacionadas aos processos produtivos e transformações espaciais
Agrupamentos	Autonomia	Administração pública	Agricultura Familiar
Arborização Urbana	Bem-estar	Análise de impacto	Agroindústria familiar
Comunidades tradicionais	Bem viver	Análise por múltiplos indicadores financeiros	Agronegócio
Crises	Condições de moradia	Associativismo territorial	Agroturismo
Energia eólica	Dependência	Direito Comparado	Amazônia

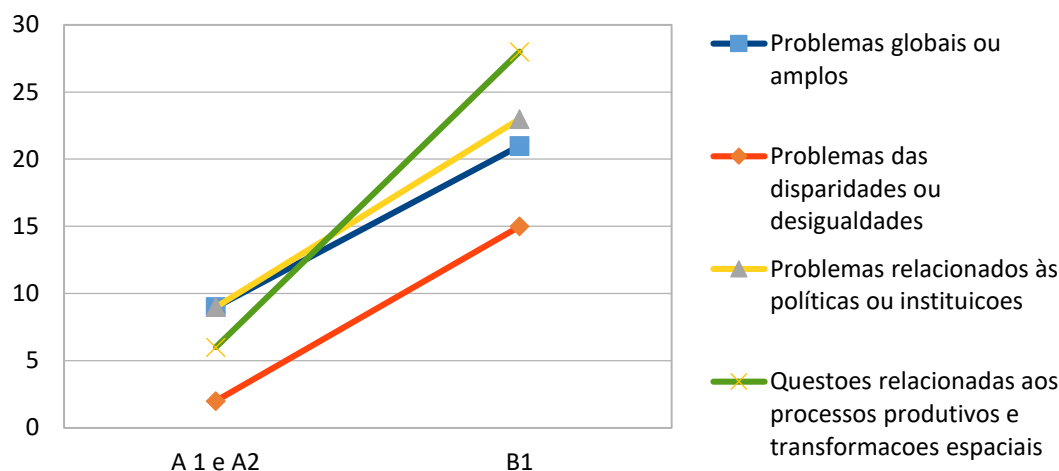
Energias Renováveis	Desenvolvimentismo	Educação Ambiental	Arranjo Produtivo Local
Extended Urbanization	Desenvolvimento	Espaço Urbano	Associativismo Territorial
Gênero	Desenvolvimento Humano	Gestão de resíduos sólidos	Capim Dourado
Gerações	Desenvolvimento Regional	gestão e governança da água	Cidades Amazônicas
Global South Urbanization	Desenvolvimento Territorial	Gestão Pública	Cultivo do tabaco
Intersubjetividade	Desenvolvimento urbano	Indicadores	Economia Regional
Migração	Participação social	Indicadores habitacionais	Espaço Urbano
Mudanças Climáticas	Qualidade de vida	Índice de provisão de infraestrutura	Farming production
Mulheres	Vulnerabilidade Social	Informações censitárias	Indicação Geográfica
Pensamento social		Integração	Jalapão
Pesquisa		Minha Casa, Minha Vida	Land use
Pesquisa Bibliométrica		Planejamento	Maranhão
Pós-graduação		Política Habitacional	Pós produtivismo agrário
Produção Energética		Política Nacional de Educação Ambiental	Região
Remote Sensing		Política Nacional de Meio Ambiente	Santa Cruz do Sul
Revisão Sistemática		Políticas Públicas	Santarém
Sustainability		Programas território de cidadania	Signos Distintivos Territoriais
		Proteção jurídica	Sistema Agrário
			Território
			Turismo rural
			Várzea

Fonte: Plataforma Lattes com adaptação dos autores (2021).

Após analisar as palavras-chave contidas no grupo de pesquisadores bolsistas CNPq, as quais estão presentes nos artigos em revistas consideradas B1, foi possível reforçar a diversidade e quantidade de temas relacionadas à produção intelectual da área de Desenvolvimento Regional.

Porém, neste estrato científico e qualitativo se verifica uma quantidade menor de temas abordados ligados às questões da desigualdade social, espacial e da pobreza, ou de não adequação aos parâmetros do que se entende por desenvolvimento, como espaço ou grupo que acessa qualidade de vida, serviços de saúde, educação dentre outros aspectos. Em uma contagem dos termos, pode-se observar a prevalência dos temas abaixo representados.

Gráfico 1 – Quantidade de termos utilizados em palavras-chave das publicações A1, A2 e B1 distribuídas em temas dos Bolsistas CNPq da Subárea do Desenvolvimento Regional.



Fonte: Plataforma Lattes, com adaptação dos autores (2021).

É possível também visualizar a concentração dos temas de interesse quando se faz o exercício de exposição da porcentagem. Assim as publicações vinculadas aos temas mais próximos do Desenvolvimento Regional em aspectos normativos, por exemplo não são o destaque principal das publicações dos pesquisadores bolsistas CNPq, como se percebe no alcance de 15% do total das publicações nos estratos A, e B1.

Tabela 2 – Porcentagem palavras-chave das publicações A1, A2 e B1 distribuídas em temas dos Bolsistas CNPq da Subárea do Desenvolvimento Regional.

Problemas globais ou amplos	Problemas das disparidades ou desigualdades	Problemas relacionados às políticas ou instituições	Questões relacionadas aos processos produtivos e transformações espaciais
27%	15%	28%	30%

Fonte: Plataforma Lattes, com adaptação dos autores (2021).

Quando comparamos as preocupações apresentadas na parte inicial do artigo, vinculadas, sobretudo aos temas das desigualdades espaciais, e socioeconômicas, e especialmente à pobreza verifica-se que o debate em torno do Desenvolvimento Regional produzido por especialistas da área se encontra de certa forma pulverizado em diversas questões que passam por temas discutidos globalmente, problemas mais ligados à desigualdade, temas que articulam instrumentalizações em políticas e técnicas, e questões relacionadas aos processos produtivos e transformações espaciais. Esta diversidade poderia apontar que as questões de desigualdade social e espacial não são as principais preocupações, mas sim parte de um universo maior de temas que envolvem os problemas do desenvolvimento.

A preocupação decorrente desse cenário se dá em função da permanência dos cenários de desigualdade social, espacial e da pobreza no Brasil. Considerando um país que ainda não dirimiu suas disparidades regionais, sua desigualdade e pobreza, especialmente considerando o aumento da pobreza nos últimos anos, cabe destacar a importância de esforços da área de

Desenvolvimento Regional, e do poder público em investir em temas de pesquisa que abarquem este enorme desafio. E, cabe também ao poder público, seus conselhos e coordenações do ensino superior estimular grupos de excelência como os pesquisadores CNPq a ampliar estudos, pesquisas, investigações e olhares para os históricos e profundos problemas do país.

Foi possível perceber movimentação por parte do Estado na condução, criação de órgãos, secretarias, cursos, e até mesmo ministério para contemplar questões regionais, mas é possível perceber também como há movimentação que parte da preocupação com desigualdades regionais, que passa a considerar questões como eixos de integração, bem como valorização da produção para exportação, como no caso do atual Ministério do Desenvolvimento Regional, e que de certa forma altera a preocupação elementar com as disparidades regionais que estão ligadas à concentração da riqueza.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área que abarca o tema do Desenvolvimento Regional na Pós-graduação brasileira, vinculada à área do Planejamento Urbano e Regional e Demografia abarca diversos programas, professores e pesquisadores. Os programas do Desenvolvimento Regional estão atualmente em número significativo na área, no entanto a maior parte dos professores pesquisadores bolsistas CNPq ainda não compõe a maior parte dos bolsistas da área.

Para falar das publicações acadêmicas dos professores pesquisadores bolsistas ligados ao Desenvolvimento Regional e seus principais temas de pesquisa, foi realizado um exercício de levantamento e diálogo sobre temas comumente analisados de maneira relacionada ao tema do Desenvolvimento Regional. Neste sentido argumentou-se que em instrumentos normativos, o tema do Desenvolvimento Regional trouxe consigo a questão das disparidades socioeconômicas e pobreza. Ainda nesta direção, se expôs também que teóricos ligados a órgãos como CEPAL trataram das disparidades regionais como foco de suas análises e projetos de intervenção e planejamento, especialmente preocupados em diminuir desigualdades socioeconômicas entre regiões. Também se realizou diálogo sobre as diferentes ideias-mestra ligadas ao ensino e a pesquisa do Planejamento Urbano e Regional, argumentando-se que o objetivo de tais esforços se vinculava as questões de desigualdade de pobreza em determinados períodos históricos brasileiros.

Neste artigo específico foi, contudo, analisado um recorte das publicações acadêmicas dos professores pesquisadores bolsistas CNPq ligados ao tema do Desenvolvimento Regional da área PLURD com intuito de verificar a preocupação atual relacionada ao tema do Desenvolvimento Regional.

Pode-se perceber a concentração dos bolsistas em programas não ligados ao Desenvolvimento Regional, da mesma forma, foi possível também perceber que os pesquisadores bolsistas CNPq ligados ao Desenvolvimento Regional estão alocados em programas localizados majoritariamente nas regiões Sul e Norte do Brasil e, em maior parte são do gênero masculino.

O foco central do artigo foi acompanhar os temas principais pesquisados, publicados,



pelos bolsistas CNPQ, no ano de 2020 nos estratos A1, A2 e B1 dos periódicos vinculados e avaliados pela CAPES, no programa Qualis. Os temas abordados nestes artigos apontaram pulverização de temáticas vinculadas ao desenvolvimento e desenvolvimento regional que foram reunidos em “Problemas Globais”, “Problemas ligados à ideia de não Desenvolvimento ou de Desenvolvimento, Bem-estar, Qualidade de Vida”, “Desenvolvimento Regional e Planejamento com articulação para instrumentalização de técnicas e políticas” e, por fim, em “Questões relacionadas a processos produtivos e transformações espaciais”.

Nestas categorias se pode articular as palavras-chave dos artigos publicados em 2020 para buscar perceber as preocupações deste grupo vinculado ao Desenvolvimento Regional dentro da área PLURD. Assim, se percebeu uma quantidade diversa de problemas estudados, de debates realizados, mas de maneira geral a análise que se fez neste artigo foi de como essa diversidade de temas não concentra suas pesquisas nas disparidades regionais, na desigualdade, ou na miséria, de maneira geral, e chamou a atenção para este fator, por ter sido uma das questões centrais vinculadas aos principais instrumentos normativos, institucionais ou dos esforços iniciais para o debate conceitual e teórico relacionado ao Desenvolvimento Regional.

É possível ao final reconhecer também que foi realizado um recorte temporal restrito de apenas um ano para o exercício, e também restrito em aspectos de conteúdo, pois apenas se analisou as palavras-chave utilizadas no âmbito dos artigos e se considera pertinente novos estudos mais abrangentes e também aprofundados.

## REFERÊNCIAS

AMARO, R.R. Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, p. 35-70, 2014.

AQUINO, C. N. P; PEREIRA, C. A. L; DA CRUZ, J. L. V; SHIMODA, E. Análise Bibliométrica da Produção Científica na Base Scopus sobre Desenvolvimento Regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**. Taubaté, v. 15, n. 3, p. 216-227.

ARAÚJO, T. B. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr/jun. 1999.

BRASIL. **Decreto 10.290 de 24 de março de 2020**. Estrutura Regimental e Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Regional e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10290.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10290.htm) Acesso em: jul. 2021.

BRASIL. **A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional II**, 2007. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/nova-politica-nacional-dedesenvolvimento-regional>. Acesso em: 17 ago. 2021.

**BRASIL. Bolsistas CNPq Área Planejamento Urbano, Regional e Demografia.**

Disponível em: [http://pplsqli1.cnpq.br/divulg/RESULTADO\\_PQ\\_102003.prc\\_comp\\_cmt\\_links?V\\_COD\\_DEMANDA=200310&V\\_TPO\\_RESULT=CURSO&V\\_COD\\_AREA\\_CONHEC=60500000&V\\_COD\\_CMT\\_ASSESSOR=SA](http://pplsqli1.cnpq.br/divulg/RESULTADO_PQ_102003.prc_comp_cmt_links?V_COD_DEMANDA=200310&V_TPO_RESULT=CURSO&V_COD_AREA_CONHEC=60500000&V_COD_CMT_ASSESSOR=SA). Acesso em: 18 jan. 2021.

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 17 ago. 2021.

**BRASIL. Lei n. 13.844 de 2019.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm). Acesso em: 17 ago. 2021.

**BRASIL. Plataforma César Lattes.** Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

**BRASIL. Política Nacional de Desenvolvimento Regional, 2003.** Disponível em: [http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=240b7eb3af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095&groupId=24915](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=240b7eb3af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095&groupId=24915). Acesso em: 17 ago. 2021.

BUARQUE, S. et al. Integração fragmentada e crescimento da fronteira norte. *In* **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: UNESP. 1995.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Diretoria de Avaliação (DAV). **Documento de Área: Área 30: Planejamento Urbano e Regional e Demografia**, maio 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/planejamento-urbano-pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

COELHO, V. L. P. A Política regional do governo Lula (2003-2010). **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 2, p. 265-286, 2015.

DINIZ, C. C. **A Dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília: IPEA, 1995.

FERREIRA, Bárbara; RAPOSO Rita. Evolução do(s) conceito(s) de desenvolvimento: um roteiro crítico. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, 2017, p. 113-144.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GODOI, C. N. A estrutura para a produção industrial em Goiás: Políticas públicas de desenvolvimento regional e industrial e os desafios para além de 2014 *In*: FERNANDES, F. N.; VILALTA, L. A. (Orgs). **Temas socioeconômicos e políticas públicas de Desenvolvimento Regional no Brasil**. Editora Prismas, 2017, p. 229-258.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades regionais e federalismo. *In*: AFFONSO, R.B; SILVA, P. L. B (Orgs). **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: UNESP. 1995, p. 13-59.

- LOZARDO, E. Apresentação de obra. *In*: NETO, A. M; CASTRO, C. N de; BRANDÃO, C. A (Orgs.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017, p. 9-10.
- MAIA GOMES, G. **Políticas de desenvolvimento regional no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: CNI, 1993.
- MOURA, J. T. V de; KNOX, W. Conflitos e impasses na discussão institucional sobre Desenvolvimento Territorial/Regional no governo Lula. *In*: ENANPUR; 28. 2019. Natal. **Anais [...]** Natal: ENANPUR. 2019, p. 1-13.
- OLIVEIRA, J. C. de. Especial Sudam/Sudeco/Sudene: conheça a história das três Superintendências. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/276308-especial-sudam-sudeco-sudene-conheca-a-historia-das-tres-superintencias-6-19/>. Acesso em: 17 ago. 2021.
- OMAN, C. Globalização/regionalização: o desafio para os países em desenvolvimento. *In*: PACHECO, C. A. **A questão regional brasileira pós-1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional**. Campinas, tese de doutorado Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 1996.
- PIQUET, R. P da S; RIBEIRO, A. C. T. Tempos, Ideias e Lugares. O ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**, v.10, n. 1, maio de 2008, p. 49-59.
- RESENDE, M. G. *et al.* BRASIL: dez anos da Política nacional de desenvolvimento regional (PNDR). **Boletim regional, urbano e ambiental**, n. 11, jan./jun. 2015, p. 29-35.
- SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SANTOS, M. **A economia espacial**. Críticas e Alternativas. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Novel, 1987.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOUZA, J. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. São Paulo, Estação Brasil, 2018.
- TOURAINÉ, A. O fim da transição liberal. **Folha de São Paulo**, 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs06129803.htm>. Acesso em: maio de 2021.
- VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 2.ed. São Paulo, Atlas 2006.